Quinta-Feira, 26 de Novembro de 2026

Ajuste fiscal ou mais uma fatura para quem paga imposto?

O Projeto de Lei Complementar 299/2026 (apresentado como “Pacote de ajuste fiscal”) foi aprovado pelo Senado e, na madrugada de 24 de novembro de 2026, também pela Câmara dos Deputados, sem alterações. O texto agora segue para sanção presidencial.

Se for sancionado como está, entrará em vigor em 2027 e representará mais um aumento de carga tributária disfarçado de responsabilidade fiscal.

Entre as medidas, uma chama atenção pela forma discreta e eficaz para demonstrar como o governo federal extrai recursos do setor produtivo: a elevação do acréscimo sobre os percentuais de presunção do lucro presumido. Explico.

O que antes era um aumento de 10% sobre a base de cálculo da parcela da receita acima de R$ 5 milhões por ano passa agora a 20%. Na prática, empresas de serviços passam a ter 38,4% de sua receita excedente tratada como lucro tributável.

Comércio e indústria também sofrem, embora em menor escala. O impacto não é simétrico. Prestadores de serviços (clínicas, engenharias, consultorias, escritórios de advocacia, empresas de tecnologia e dezenas de outras atividades) sentem o golpe com muito mais intensidade.

Uma empresa de serviços que fatura R$ 10 milhões por ano pode pagar cerca de R$ 54 mil a mais só com essa mudança em 2027, em relação ao que já pagava em 2026. Para quem fatura R$ 15 milhões, o valor se aproxima de R$ 110 mil. Já no comércio e na indústria, o aumento é aproximadamente três vezes menor para o mesmo faturamento.

A lógica é conhecida. Quando o governo fala em “ajuste”, raramente se refere a cortar despesas de forma estrutural. Prefere ampliar a base de arrecadação, restringir compensações de créditos tributários e elevar presunções. O resultado é sempre o mesmo: quem produz, emprega e arrisca capital paga a conta de uma máquina estatal que não para de crescer.

O discurso oficial costuma apresentar uma falsa escolha: ou se cortam “gastos sociais”, ou se aumentam impostos. Como se a única alternativa à voracidade estatal fosse prejudicar os mais vulneráveis. Esse antagonismo (Também conhecido como nós contra eles), ignora o essencial.

Como já observava o economista Mises, as medidas intervencionistas “levam a condições que, do ponto de vista daqueles que as recomendam, são na verdade menos desejáveis do que aquelas que se pretendia aliviar”.

Ao tentar “proteger” a sociedade por meio da expansão contínua do Estado e da captura cada vez maior da riqueza produzida, o poder público acaba por minar as próprias bases da cooperação voluntária e da acumulação de capital que tornam qualquer melhoria social possível.

Enquanto isso, o debate público continua preso à falsa dicotomia entre “cortar gastos sociais” e “aumentar impostos”. Poucos questionam se o tamanho do Estado é, em si, o problema.

Poucos se perguntam se a solução não estaria em permitir que indivíduos e empresas mantenham uma parcela maior do que produzem, em vez de financiar uma estrutura cada vez mais cara e ineficiente. Até minha mãe, uma dona de casa sem curso superior, sabe uma verdade elementar: para gastar, é preciso ter recebido antes!

E nunca se gasta o que não se tem. As mentes iluminadas do governo federal, no entanto, parecem ter esquecido essa regra básica de economia, quando se trata do dinheiro dos pagadores de impostos.

O regime tributário do lucro presumido, que deveria ser um regime de simplificação, vai sendo transformado em instrumento de arrecadação forçada. Empresas que operam com margens reais inferiores à presunção legal acabam pagando imposto sobre um lucro que não tiveram. É uma transferência de riqueza do setor privado para o público feita por decreto.

O PLP 299/2026 ainda pode ser vetado parcial ou totalmente. Ou pode ser sancionado integralmente. Em qualquer dos cenários, o episódio serve como lembrete: o crescimento da carga tributária não é acidente. É consequência de escolhas políticas repetidas ao longo do tempo.

A “curiosidade excêntrica” é que parte considerável dos deputados que aprovaram este novo pacote de espoliação, sem alterações, não foram eleitos na última eleição e estão deixando um “presente” de fim de ano para você começar o ano novo com mais um aumento de imposto novo.

Se não questionarmos os políticos que elegemos (e os que ainda elegemos), sobre o tamanho do Estado e a voracidade arrecadatória, a conta só tende a subir. Faça sua parte, questione o político que você elegeu, pois aumento de imposto, naturalmente representa inflação no seu bolso, desvalorizando o seu trabalho.

David F. Santos é contador, bacharel em Direito, fundador e CEO da Lucro Real Consultoria Empresarial